

Propostas já definem papel dos militares

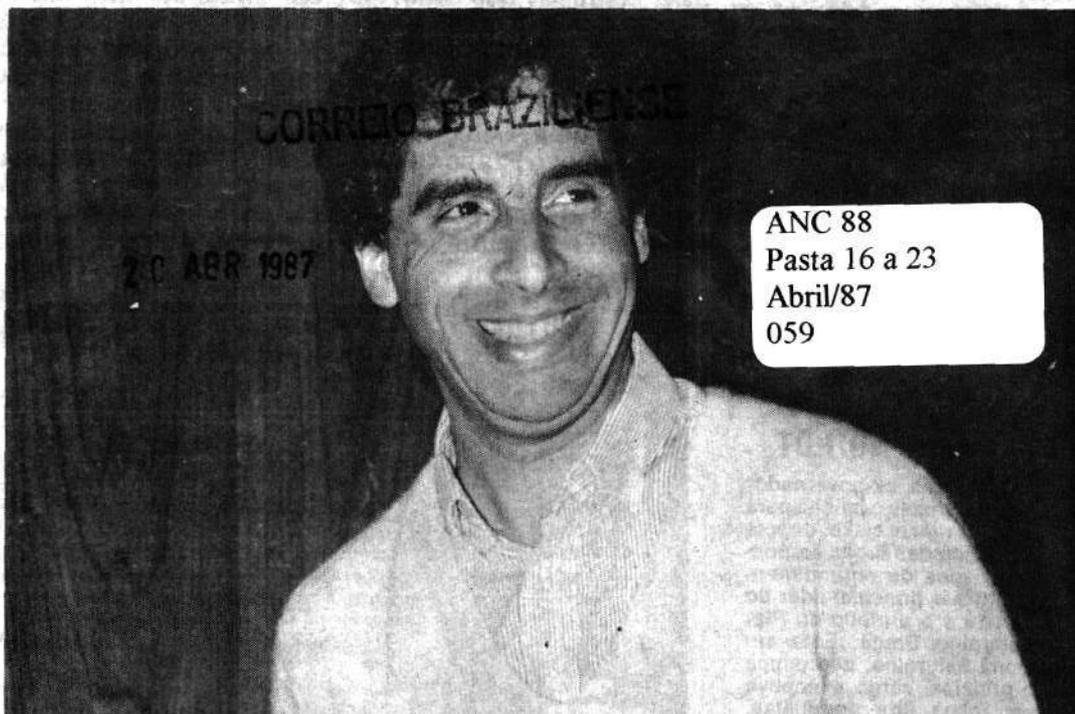
A extinção do Serviço Nacional de Informações (SNI), a obrigatoriedade de as mulheres prestarem serviço militar e a expressa proibição às Forças Armadas de intervirem na vida política do País são algumas das propostas encaminhadas à Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança.

O serviço militar obrigatório também para as mulheres foi sugerido pelo deputado Davi Alves Silva (PDS-MA). Sugestão totalmente inversa será examinada pela subcomissão: a do senador Iram Saraiva (PMDB-GO), segundo a qual os brasileiros não são obrigados ao serviço militar, "ressalvados os encargos necessários à segurança nacional". Entre os argumentos apresentados pelo senador, está o de que os maiores exércitos da atualidade são formados por soldados profissionais.

O tema é tratado ainda em proposta do deputado Nilson Gibson (PMDB-PE). Ele quer que os estudantes de 2º grau possam optar pela prestação de serviço militar após a conclusão do curso universitário da área de saúde, e que o serviço militar possa ser prestado junto às polícias militares. Já a bancada do PDS gaúcho sugere que o serviço militar seja obrigatório, mas com a ressalva "da escusa de imperativo da consciência".

Uma proposta do senador Jamil Haddad (PSB-RJ) estabelece que os funcionários e agentes do Estado são responsáveis pelas ações e omissões "de que resultem violação de direitos ou interesses legalmente protegidos do cidadão", não dependendo a ação ou procedimento, em qualquer fase, de autorização hierárquica. De acordo com a sugestão de Haddad, cessa o dever de obediência sempre que o cumprimento de ordens ou instruções superiores implique a prática de qualquer violação legal, e o Estado tem a obrigação de regressão contra os titulares de seus órgãos, funcionários e agentes.

Um grupo de deputados do PC do B, do PDT e do PT apresentou algumas sugestões alterando profundamente a Constituição. O conjunto de propostas subtrai das Forças Armadas a responsabilidade pela ordem interna, proíbe-as de desempenhar funções de polícia, exige a aprovação, pelo Congresso Nacional, dos nomes dos almirantes-de-esquadra, generais do Exército e brigadeiros-do-ar, cria o Ministério da Defesa, extingue o cargo de ministro para os chefes do Emfa e do Gabinete Militar da Presidência da República, e extingue o Serviço Nacional de Informações (SNI).



ANC 88
Pasta 16 a 23
Abril/87
059

Fogaça alerta: a crise econômica não levará à redução do mandato mas ao golpe militar

Fogaça quer logo fixar o mandato

REJANE OLIVEIRA
Da Editoria de Política

"A crise econômica não levará à redução do mandato presidencial, mas ao golpe militar". A advertência é do senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da Subcomissão do Poder Executivo, ao criticar a "estratégia equivocada" da esquerda em apostar na eleição direta já como decorrência do recrudescimento das dificuldades econômicas.

Defensor intransigente da fixação imediata do mandato de Sarney, o senador peemedebista está convencido de que o Presidente é sincero quando afirma que acatará qualquer decisão da Constituinte neste sentido. "Tudo o que ele quer é saber de quanto tempo dispõe para governar, até para poder planejar o seu Governo. Da forma como a questão se encontra, absolutamente indefinida, a própria autoridade presidencial fica seriamente abalada".

QUATRO ANOS

Indicado para relator da Subcomissão do Executivo por interferência pessoal do líder peemedebista Mário Covas, Fogaça integra o grupo parlamentar que defende quatro anos de mandato para José Sarney. Isto na hipótese de manutenção do regime presidencialista puro.

Se depender da opinião do senador, contudo, o sistema de Governo brasileiro será o chamado "parlamentarismo híbrido", com mandato de cinco anos para o Presidente da República. Neste regime, o Chefe do Estado será eleito diretamente e terá atribuições definidas constitucionalmente, entre as quais o comando supremo das Forças Armadas, o poder de veto e a nomeação de ministros de acordo com os entendimentos partidários.

Refutando o argumento de que o parlamentarismo não teria êxito no Brasil devido à fragilidade de nossos partidos políticos, Fogaça afirmou que a estrutura partidária só se fortalecerá através da prática do poder: "Este tipo de raciocínio lembra aquela afirmação de que o povo não deve votar porque não sabe como fazê-lo. E como se fará então o aprendizado?"

Realista, o senador do PMDB não afasta a hipótese de derrota da tese parlamentarista na Constituinte, a despeito do significativo número de adeptos desta proposta. Neste caso, ele defende um presidencialismo amenizado, com a redução dos atuais poderes do Executivo e a ampliação da área de influência do Congresso.

Por este sistema, haveria uma espécie de ministro coordenador, aprovado pelo Legislativo, mas demissível pelo pre-

sidente da República. O que diferencia este regime do parlamentarismo puro é que não existiria uma separação efetiva entre as chefias do Estado e do Governo. O superministro seria um auxiliar do presidente.

APOSTA

Autor de um requerimento de vinte páginas ao presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, defendendo a convocação de uma convenção nacional do partido para definir o regime de governo e o mandato de Sarney, Fogaça critica o que considera um "equivoco histórico" das esquerdas a respeito dos dois assuntos.

Na opinião do senador gaúcho, o PDT e o PT estão apostando no presidencialismo porque acreditam nas chances eleitorais de seus líderes carismáticos (Leonel Brizola e Luiz Ignácio Lula da Silva). Aderindo à proposta populista, contudo, ele acredita que a esquerda está caminhando em direção contrária aos avanços progressistas.

"É um erro das esquerdas, incluindo setores do próprio PMDB, imaginar que a crise econômica levará à redução do mandato de Sarney e à convocação de eleições diretas. A crise leva à ao golpe militar, enquanto a fixação do mandato e a institucionalização de um regime de governo democrático promovem a estabilidade política".